



Agosto/2010

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de Analista do Ministério Público Área Direito

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho do Estudo de Caso - Discursiva. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso - Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Na balança da dor e da alegria

Como ocorre a cada quatros anos, neste houve mais uma Copa Mundial de Futebol. Mudam os jogadores, muda o país-sede, entra uma seleção, sai outra, variam os esquemas táticos, mas uma coisa não muda: há sempre grandes prazeres junto a grandes sofrimentos nacionais. As pessoas mais sensatas procuram convencer as outras de que "se trata apenas de um jogo", de que "o esporte é só um entretenimento", mas o consolo parece inútil: os gritos subirão, as lágrimas descirão. Na balança emocional de um torcedor, à incalculável alegria da vitória deve corresponder, necessariamente, a incalculável desgraça da derrota.

Talvez tenha que ser assim mesmo. As grandes paixões nos movem sempre para muito perto do desequilíbrio, quando já não o são, em sua fúria. À margem da paixão ficariam apenas os seres extremamente ponderados, os grandes indiferentes, os irrecuperáveis entediados. O poeta Carlos Drummond de Andrade formulou, num poema, esta admirável consideração sobre o sentimento do tédio: "Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase". É isso: o poeta, num momento doloroso de apatia e desânimo, experimentou a sensação do valor ausente, da falta do tônus vital.

Nesta Copa de 2010, muitos brasileiros experimentaram uma estranha sensação: a de que uma grande dor pode, subitamente, dar lugar a um grande prazer. A complicação dessa antítese está no fato de que ela foi gerada por uma perversão: o sentimento da vingança. Desclassificados, tornamo-nos objetos das piadas argentinas; desclassificados em seguida, os argentinos tornaram-se piadas nossas. Nada que compensasse, por certo, a perda de uma Copa (que vemos como nossa propriedade privada), mas mais uma vez uma grande dor e um grande prazer alternaram-se, na balança das paixões.

A questão de fundo, como se vê, não é simples: os grandes moderados seriam capazes do risco de um grande amor? A sensatez sente ciúmes? A tentação entra na bolsa de valores? A quem acha que o futebol afinal de contas não é mais que um "simples jogo" haverá quem retruque: "A vida também o é". E tudo recomeça.

(Bonifácio de Arruda, inédito)

1. Esse texto é
 - (A) conclusivo quanto ao fato de que todo jogo não constitui mais que um simples entretenimento.
 - (B) conclusivo quanto ao fato de que a capacidade de amar acaba excluindo a possibilidade de odiar.
 - (C) reticente quanto a valer a pena sofrer por um jogo, pois talvez não haja alegria que compense tal sofrimento.
 - (D) taxativo quanto à possibilidade de que, no jogo das paixões, correspondam-se a dor e o prazer máximos.
 - (E) taxativo quanto à vantagem que há em se poupar dos excessos de qualquer tipo de emoção.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No 1º parágrafo, o autor mostra como as pessoas sensatas podem dissuadir um torcedor de sofrer por conta de um simples jogo de futebol.
 - II. No 2º parágrafo, a citação do verso de Carlos Drummond de Andrade sustenta os argumentos de quem prefere um frio distanciamento de qualquer paixão.
 - III. No 3º parágrafo, a situação referida sustenta a tese, apresentada no 1º parágrafo, da compensação das paixões em uma *balança emocional*.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
3. Na construção dos segmentos "se trata apenas de um jogo" e "o esporte é só um entretenimento", o elemento comum é a
 - (A) ênfase no aspecto restritivo.
 - (B) relação de causa e efeito.
 - (C) expressão de condicionalidade.
 - (D) contradição interna de cada afirmação.
 - (E) formulação de ambiguidades.



4. No 4º parágrafo, as interrogações desdobram-se todas de uma mesma *questão de fundo*, qual seja:
- (A) melhor arriscar-se nas mais variadas emoções ou perder-se em uma única paixão?
 - (B) como admitir que a retaguarda cautelosa da prudência leve às emoções intempestivas?
 - (C) por que ninguém admite que todo amor implica o risco da mais selvagem irracionalidade?
 - (D) quem duvidará de que é melhor manter a serenidade que apostar no desequilíbrio dos sentimentos?
 - (E) é possível saber se as pessoas tomadas pela paixão sentem falta do antigo equilíbrio?
-
5. *A complicação dessa antítese está no fato de que ela foi gerada por uma perversão: o sentimento da vingança.* (3º parágrafo)
- Na frase acima,
- (A) a criação de uma *antítese* é considerada uma perversão moral.
 - (B) a *complicação* está no sentimento da vingança.
 - (C) o que acabou gerando uma *perversão* foi um ato vingativo.
 - (D) a *complicação* da *antítese* está no fato de ela gerar uma vingança.
 - (E) a palavra *antítese* refere-se à relação entre dor e prazer.
-
6. Há uma **transgressão** das normas de concordância verbal na frase:
- (A) Não é à variação dos esquemas táticos que se deve imputar o fato de conviverem, em uma Copa do Mundo, a tristeza e a exaltação.
 - (B) Entre paixões opostas costumam movimentar-se, nos dramáticos jogos da Copa, o sentimento dos torcedores mais fanáticos.
 - (C) Sempre haverá nos versos de Carlos Drummond de Andrade reflexões poéticas que se enraizam nas experiências da vida.
 - (D) Não coube aos brasileiros, na Copa de 2010, vivenciar os dramas que caracterizam as partidas a que leva o emparelhamento final.
 - (E) A alternância entre paixões intensas e opostas, como ocorre ao longo da Copa do Mundo, não faz bem aos cardíacos.
-
7. Está inteiramente correta a construção da seguinte frase:
- (A) O tônus vital, de cuja falta associa o poeta ao estado do tédio, é imprescindível para a experiência de uma paixão.
 - (B) Do jeito burocrático em que hoje muitas partidas se disputam, há menos necessidade de precisar se equilibrar as paixões opostas.
 - (C) O excesso de sensatez acaba promovendo uma certa frieza, próxima do estado dos minérios, dos quais ninguém gosta de se comparar.
 - (D) As interrogações do autor dizem respeito à perplexidade humana, cujo traço essencial é a indecisão entre a segurança fácil e o risco tentador.
 - (E) O temor de um desequilíbrio emocional, em que todos estamos sujeitos, afasta-nos de experiências que poderíamos ter prazer.
-
8. Está inteiramente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) As grandes paixões nos moverão, assim, para muito perto do desequilíbrio, quando já não o fossem, em sua fúria.
 - (B) Experimentáramos a certeza de que aquela grande e única alegria não pudesse compensar as muitas tristezas que sobrevieram.
 - (C) Se desclassificados, tornar-nos-emos alvo da galhofa dos argentinos, e só nos resta esperar que também eles não se classificarão.
 - (D) Os que nunca vierem a sentir o peso trágico de uma derrota também não seriam capazes de ter experimentado o júbilo de uma vitória.
 - (E) Quem se exalta com um simples jogo de futebol habilita-se, também, a vir a se exaltar com outros prazeres simples da vida.
-
9. Está inteiramente correta a transposição para a voz passiva em:
- (A) As grandes paixões nos movem sempre / Têm-nos movido sempre as grandes paixões.
 - (B) O poeta formulou esta consideração / Tinha formulado esta consideração o poeta.
 - (C) Muitos brasileiros terão experimentado tal sensação / Tal sensação terá sido experimentada por muitos brasileiros.
 - (D) Essa perversão gerará uma antítese / Uma antítese terá sido gerada por essa perversão.
 - (E) A alegria compensaria a dor / A dor teria sido compensada pela alegria.
-
10. A pontuação está inteiramente correta na frase:
- (A) Nosso admirável poeta Carlos Drummond de Andrade, em um poema antológico, foi capaz de definir em um único verso um atributo do tédio: esse sentimento mortal que, se descuidarmos, pode tomar conta de nós.
 - (B) Nosso admirável poeta, Carlos Drummond de Andrade, em um poema antológico foi capaz de definir em um único verso: um atributo do tédio; esse sentimento mortal que se descuidarmos, pode tomar conta de nós.
 - (C) Nosso admirável poeta Carlos Drummond de Andrade em um poema antológico, foi capaz de definir em um único verso, um atributo do tédio, esse sentimento mortal, que se descuidarmos pode tomar conta de nós.
 - (D) Nosso admirável poeta, Carlos Drummond de Andrade, em um poema antológico foi capaz de definir em um único verso, um atributo do tédio; esse sentimento mortal, que se descuidarmos pode tomar conta de nós.
 - (E) Nosso admirável poeta Carlos Drummond de Andrade, em um poema antológico foi capaz, de definir em um único verso, um atributo do tédio, esse sentimento mortal que, se descuidarmos pode tomar conta de nós.



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Um velho amor

Quando meus pais morreram, eu morava longe, e meu irmão se ocupou de esvaziar o apartamento de nossa infância. Acedi a seu desejo de guardar consigo nossos antigos brinquedos. Nestes dias (depois de tantos e tantos anos), passando duas semanas em sua casa, na Itália, explorei, pela primeira vez, um armário de três portas, onde encontrei nossos velhos jogos, um quebra-cabeças, um porta-aviões sem aviões, um "Pequeno químico", caminhões etc. Atrás desse amontoado esbarrei num helicóptero, bem guardado em sua caixa original.

Eu o ganhei no Natal dos meus sete ou oito anos. Amei-o à primeira vista: levantara-me secretamente na madrugada e fora vasculhar os presentes, dando com ele. Não era teleguiado (era o começo dos anos 50), mas voava; era ligado por um cabo a um comando (não elétrico): ao girar (freneticamente) uma manivela, o movimento era multiplicado e transmitido até às pás do rotor, de forma que, efetivamente, o helicóptero se levantava até o braço da gente cansar.

Amei o helicóptero. Amei a sensação de que ele voava não por alguma mágica, mas pelo meu esforço. Brinquei com ele mais ou menos uma hora, até que, inexplicavelmente, ele se quebrou: eu acionava a manivela, ouvia um ruído de engrenagens infelizes, e as pás permaneciam paradas. Eu não aguentava a ideia de que meus pais tivessem notícia da morte precoce de seu presente, que tinham escolhido com carinho. Em suma, eu precisava proteger meus pais.

Não disse nada: coloquei o helicóptero de volta na caixa e o levei para a cama comigo. De manhã, consegui convencer a todos de que aquele era meu presente preferido, por isso não queria que ninguém mais o tocasse. Mantive essa ficção durante os dias seguintes. De fato, ninguém nunca mais brincou com ele.

E agora o helicóptero está aqui, na sua caixa de origem – símbolo da minha vontade sofrida e um pouco louca de fazer e proteger a felicidade de meus pais. Tem cara de novo, mas é um pouco tarde para invocar a garantia.

(Adaptado de Contardo Calligaris, **Folha de S.Paulo**, 01/07/2010)

11. Ao reencontrar, já adulto, o helicóptero de que tanto gostara, o autor também se lembra da
- (A) sensação possessiva que lhe despertou o brinquedo predileto.
 - (B) decepção profunda que sentiu pelo desgaste tão precoce.
 - (C) preocupação que teve em não frustrar a expectativa dos pais.
 - (D) gratidão confusa que o levava a disfarçar sua frustração com o presente.
 - (E) providência prática que tomou para explorar a ingenuidade dos pais.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Já no 1º parágrafo, o autor localiza com precisão os dias em que tiveram lugar todas as ações desenvolvidas ao longo do texto.
- II. No 2º parágrafo, o autor se vale de expressões entre parênteses para contrastar os brinquedos modernos e os que havia em sua infância.
- III. Ao dizer, no 3º parágrafo, que, quando menino, decidiu que iria *proteger* os pais, o narrador sugere uma curiosa modalidade de paternalismo.

Em relação ao texto, está correto que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

13. Será um **equivoco** de interpretação admitir que, por sugestão do narrador, o menino mostrou-se

- (A) reconhecido, em *que tinham escolhido com carinho*.
- (B) pressuroso, em *levantara-me secretamente na madrugada*.
- (C) compassivo, em *fazer e proteger a felicidade de meus pais*.
- (D) persuasivo, em *consegui convencer a todos*.
- (E) caprichoso, em *não queria que ninguém mais o tocasse*.



14. No contexto do último parágrafo, o autor emprega expressivamente a palavra *símbolo* porque o helicóptero reencontrado
- (A) lembrou-lhe outros tantos brinquedos que havia em sua época.
- (B) evocou-lhe um sentimento que fora desencadeado pelo brinquedo.
- (C) pareceu-lhe agradavelmente mais tosco que os jogos eletrônicos.
- (D) passou a representar sua capacidade de criar ficcionalmente.
- (E) revelou um gesto de sua infância do qual ele jamais se dera conta.
-
15. Preserva-se o sentido e a correção de um segmento do texto na nova redação indicado em:
- (A) *meu irmão se ocupou de esvaziar o apartamento de nos-sa infância* = meu irmão dedicou-se à desocupação do apartamento em que moramos quando meninos.
- (B) *Atrás desse amontoado esbarrei num helicóptero* = em meio de tal monturo palpei num helicóptero.
- (C) *ele voava não por alguma magia, mas pelo meu esforço* = não lhe fazia voar uma magia, mas quando eu o forcejava.
- (D) *tivessem notícia da morte precoce de seu presente* = soubessem prematuramente que ali se extinguiu seu presente.
- (E) *mas é um pouco tarde para invocar a garantia* = mas é inoportuno de reivindicar a caução.
-
16. Está apropriado o emprego e correta a flexão de todos os verbos na frase:
- (A) Tínhamos ganho vários presentes, e eu já tinha eleito o meu favorito: um belo helicóptero, que deporam junto à árvore de Natal.
- (B) O helicóptero alçava o ar pela força dos meus braços, sem que intervisse qualquer tipo de dispositivo eletrônico.
- (C) Seria preciso que eu retivesse o helicóptero em sua caixa, para que ninguém viesse a suspeitar do que lhe ocorreria.
- (D) Meu irmão refreiu por um momento sua curiosidade, ao passo que eu, como não detesse a curiosidade, passei a abrir os presentes.
- (E) Meus pais se manteram para todo o sempre à margem do que ocorreria com meu helicóptero e do pequeno ardil que lhes impigira.
-
17. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) É sempre delicado quando se precisa desfazer os bens dos nossos mortos queridos, tal como se refere o autor a seu irmão, nesse texto.
- (B) Antigamente, ou nem tanto assim, os brinquedos não apresentavam dispositivos mirabolantes, mas contavam com a argúcia do manejo.
- (C) Nenhum dos parentes ou amigos iria supor que o helicóptero tão bem guardado tinha um segredo de cujo o dono fazia questão de manter.
- (D) Ao reencontrar o velho helicóptero na mesma caixa em que o deixara, o autor reviveu um comovente e generoso gesto de sua infância.
- (E) Com a passagem do tempo, mesmo os detalhes que à época pareciam insignificantes, readquirem um brilho especial e ratificam-se.
-
18. Ao dar com o helicóptero, o menino pôs o helicóptero para funcionar, o que significava manipular o helicóptero acionando uma manivela até que a força desse movimento conferisse ao helicóptero a propriedade de voar.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) pô-lo - manipulá-lo - lhe conferisse
- (B) o pôs - manipular-lhe - conferisse-lhe
- (C) lhe pôs - o manipular - lhe conferisse
- (D) pôs-lhe - manipulá-lo - o conferisse
- (E) pô-lo - lhe manipular - o conferisse
-
19. Ao girar uma manivela, o movimento era multiplicado, pelo que o helicóptero se levantava e só se detinha quando o braço da gente cansava.
- Reescrevendo-se a frase acima, reiniciando-a com o segmento **Se eu girasse uma manivela**, as outras formas verbais deverão ser, na ordem dada:
- (A) seria - levantara - detera - cansara
- (B) fosse - levantasse - deteria - cansara
- (C) seria - levantasse - detesse - cansasse
- (D) fora - levantara - detivesse - cansar
- (E) seria - levantaria - deteria - cansasse
-
20. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se em uma forma do **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Aos sentimentos do menino (**corresponder**) um gesto bonito, pelo qual se materializou o amor filial.
- (B) Não se (**atribuir**) ao gesto do menino quaisquer intentos que não tivessem raiz em sua generosidade.
- (C) A nenhum dos parentes (**ocorrer**) alimentar suspeitas acerca das preocupações do menino.
- (D) Não (**faltar**) aos brinquedos antigos a magia que as engenhocas eletrônicas exercem hoje sobre os pequenos.
- (E) (**ter**) ocorrido aos pais que os gestos do filho estariam ocultando algum segredo?

**Organização do Ministério Público**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 27 considere a Lei nº 8.625/1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

21. A destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa
- (A) do Conselho Superior do Ministério Público, deverá ser precedida de autorização de dois terços dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (B) do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida de autorização de um terço dos membros da Assembleia Legislativa.
 - (C) dos integrantes da Instituição, deverá ser precedida de autorização de metade mais um dos membros da Assembleia Legislativa Estadual.
 - (D) do Governador do Estado, deverá ser precedida de autorização de metade mais um dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (E) da Assembleia Legislativa Estadual, deverá ser precedida de autorização de dois terços dos integrantes do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
22. Aos membros do Ministério Público, após a promulgação do CF de 1988, NÃO é vedado
- (A) exercer advocacia.
 - (B) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
 - (C) exercer, ainda que em disponibilidade, uma função pública de Magistério.
 - (D) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.
 - (E) exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e as exceções previstas em lei.
23. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça, além de outras atribuições,
- (A) aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público.
 - (B) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares.
 - (C) indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade.
 - (D) autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior.
 - (E) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, Promotores de Justiça para substituição por convocação.
24. Em relação ao Conselho Superior do Ministério Público, é correto afirmar:
- (A) Suas decisões serão motivadas e publicadas, por extrato, vedada qualquer hipótese de sigilo.
 - (B) São elegíveis, para esse Conselho, dentre outros, os Procuradores de Justiça da ativa ou afastados da carreira.
 - (C) Poderá recusar o membro do Ministério Público mais antigo pelo voto de um terço de seus integrantes, em votação única.
 - (D) Terá como membros natos apenas o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público.
 - (E) É o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.
25. Quanto a Carreira do Ministério Público, considere:
- I. É requisito para o ingresso na carreira, dentre outros, ser brasileiro.
 - II. É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a três quintos dos cargos da carreira.
 - III. Não se suspende, em qualquer hipótese, o exercício funcional de membro do Ministério Público quando, antes do decurso do prazo de 1 (um) ano, houver impugnação de sua estabilidade.
 - IV. A Lei Orgânica disciplinará o procedimento de impugnação de vitaliciamento, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público decidir, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sobre o não vitaliciamento e ao Colégio de Procuradores, em 30 (trinta) dias, eventual recurso.
 - V. Assegurar-se-ão ao candidato aprovado a nomeação e a escolha do cargo, de acordo com a ordem de classificação no concurso.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, IV e V.
 - (B) II, III e V.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e II.
26. O retorno do membro do Ministério Público ao cargo, em decorrência de sentença transitada em julgado, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço, é chamado de
- (A) recondução.
 - (B) aproveitamento.
 - (C) reversão.
 - (D) reintegração.
 - (E) remoção.



<p>27. Quanto às funções dos Órgãos de Execução do Ministério Público, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) É vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas, sob pena de nulidade do ato praticado.</p> <p>(B) Toda representação ou petição formulada ao Ministério Público será distribuída entre os membros da instituição que tenham atribuições para apreciá-la, observados os critérios fixados pelo Colégio de Procuradores.</p> <p>(C) O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.</p> <p>(D) Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito, além de outros pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal.</p> <p>(E) As notificações e requisições, quando tiverem como destinatários o Governador do Estado e os membros do Poder Legislativo, serão encaminhadas diretamente pelo Membro do Ministério Público oficiante, em conjunto com o respectivo Secretário Executivo de Promotoria ou Procuradoria de Justiça.</p>	<p>29. Os membros do Ministério Público deverão entrar no exercício de suas funções, dentro de</p> <p>(A) 30 (trinta) dias, contados da data da promoção, para o Promotor de Justiça Substituto.</p> <p>(B) 15 (quinze) dias, contados da data da nomeação, para todos os Promotores de Justiça.</p> <p>(C) 10 (dez) dias, contados da data da posse, para o Promotor de Justiça recém-nomeado.</p> <p>(D) 10 (dez) dias, contados da data da nomeação, para o Promotor de Justiça em estágio probatório.</p> <p>(E) 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do ato de nomeação, mediante novo compromisso, para todos os Promotores de Justiça.</p>
<p><u>Atenção:</u> Para responder às questões de números 28 a 30, considere a Lei Complementar nº 02/1990 que dispõe sobre a Organização e Atribuições do Ministério Público do Estado de Sergipe.</p> <p>28. A Comissão de Concurso, órgão</p> <p>(A) auxiliar de natureza transitória, é presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e composta de 03 (três) membros do Ministério Público e de 01 (um) representante da OAB Seção Sergipe, indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(B) auxiliar de natureza permanente, é presidida por Procurador de Justiça indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público e composta de 04 (quatro) membros do Ministério Público e de 01 (um) representante da OAB Seção Sergipe, indicados pelo Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>(C) de execução de natureza permanente, é presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo e composta de 04 (quatro) membros do Ministério Público, sendo dois Promotores de Justiça, indicados pelo Colégio de Procuradores de Justiça.</p> <p>(D) de execução de natureza permanente, é presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e composta de 02 (dois) Procuradores de Justiça e de 02 (dois) Promotores de Justiça da mais elevada Instância, indicados pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.</p> <p>(E) auxiliar de natureza transitória, é presidida por Procurador de Justiça indicado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores e composta de 03 (três) membros do Ministério Público, 02 (dois) da Segunda e 01 (um) da Primeira Instância e de 01 (um) representante da OAB Seção Sergipe, indicados pelo Colégio de Procuradores de Justiça.</p>	<p>30. Quanto aos procedimentos disciplinares a que estão sujeitos os Membros do Ministério Público, analise:</p> <p>I. Das decisões condenatórias, caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Conselho Superior do Ministério Público, que poderá, inclusive, agravar a pena imposta.</p> <p>II. A aplicação das penas de suspensão e de demissão será obrigatoriamente precedida de processo administrativo.</p> <p>III. O processo administrativo será ordinário, quando cabível a pena de suspensão e sumário, quando cabível a pena de demissão.</p> <p>IV. Concluída a instrução no processo administrativo, o indiciado ou seu defensor terá 15 (quinze) minutos para alegações finais e o Corregedor-Geral terá prazo de 05 (cinco) dias para decidir sobre a absolvição ou punição do indiciado.</p> <p>V. Na sindicância administrativa ordinária ou sumária, o denunciante e o denunciado poderão, cada um, arrolar até 03 (três) testemunhas.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) IV e V.</p> <p>(D) I, II e V.</p> <p>(E) II e IV.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Considerando a evolução constitucional do Brasil, analise:

- I. A Constituição do Estado Novo (1937) não contemplava os princípios da legalidade e da retroatividade das leis, assim como, não previa o mandado de segurança.
- II. A Constituição Republicana (1891) instituiu a forma federativa de Estado atribuindo-lhe a competência remanescente e fortaleceu os direitos individuais como a garantia do *habeas corpus*.
- III. A Constituição de 1967, inspirada na Carta de 1934, ostentou forte tendência à descentralização político-administrativa da União com ampliação dos direitos individuais, especialmente do direito de propriedade.
- IV. A Constituição de 1946, deu ao Brasil a forma de Estado unitário com intensa centralização político-administrativa e em matéria de direitos fundamentais previu o *habeas data* e o mandado de injunção.

Nesses casos, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

32. Analise:

- I. Inconstitucionalidade decorrente da desconformidade do seu processo de elaboração com alguma regra ou princípio da Constituição.
- II. Inconstitucionalidade resultante da desconformidade verificada entre leis e atos normativos primários e a Constituição.
- III. Inconstitucionalidade que macula o ato no momento de sua produção, em razão de desrespeito aos princípios e regras constitucionais então vigente.

Referidas situações dizem respeito, respectivamente, à inconstitucionalidade

- (A) formal, originária e direta.
- (B) direta, formal e indireta.
- (C) indireta, formal e material.
- (D) material, originária e direta.
- (E) formal, direta e originária.

33. O processo formal de mudança das Constituições rígidas, por meio da atuação do poder constituinte derivado, com a aprovação de emendas constitucionais, segundo os procedimentos estabelecidos na própria Constituição pelo legislador constituinte originário, é próprio

- (A) da revisão constitucional e da mutação constitucional.
- (B) da mutação constitucional e da reforma constitucional.
- (C) da reforma constitucional e da revisão constitucional.
- (D) da mutação constitucional e do poder constituinte derivado decorrente.
- (E) do poder constituinte derivado reformador e da mutação constitucional.

34. Em matéria de ação direta de inconstitucionalidade, é certo que

- (A) o Supremo Tribunal Federal aprecia a validade dos dispositivos legais indicados no pedido formulado pelo autor da ação, porém admite a inconstitucionalidade por "arrastamento" ou por atração.
- (B) a declaração de inconstitucionalidade, de regra, começa a produzir efeitos sempre após o trânsito em julgado da decisão, e excepcionalmente, a partir da publicação do Acórdão na imprensa oficial.
- (C) a decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta é recorrível, cabendo também a interposição de embargos declaratórios e de ação rescisória.
- (D) o Supremo Tribunal Federal fica vinculado aos fundamentos apresentados pelo proponente, por ser a causa de pedir restrita ou fechada, vedando-se que a decisão seja assentada em qualquer parâmetro constitucional.
- (E) a função do Procurador-Geral da República, no controle abstrato, é a defesa das normas federais ou estaduais, cuja inconstitucionalidade é arguida, tendo assim, o papel de curador da presunção de constitucionalidade.

35. São causas, dentre outras, que justificam a intervenção federal, a necessidade de reorganizar as finanças de Estado-membro que suspende o pagamento da dívida fundada por

- (A) 1 (um) ano, salvo impossibilidade orçamentário-financeira; e repelir invasão de uma unidade da Federação em um Município.
- (B) mais de 2 (dois) anos consecutivos, salvo motivo de força maior; e repelir invasão de uma unidade da Federação em outra.
- (C) até 2 (dois) anos consecutivos, em qualquer hipótese; e por termo a comprometimento da ordem pública.
- (D) mais de 3 (três) anos consecutivos, ou não, em qualquer hipótese; e prover à execução de lei federal ou estadual.
- (E) até 1 (um) ano, salvo motivo de força maior ou caso fortuito; e para prover execução de decisão judicial ou administrativa.



36. Em matéria de processo legislativo, é certo que:
- (A) Não cabe o veto por inconstitucionalidade em razão da análise prévia da Comissão legislativa competente e por ser passível de rejeição.
 - (B) A sanção é competência privativa do Chefe do Executivo, salvo nos casos de lei delegada, cuja sanção é legislativa.
 - (C) A ausência de sanção expressa no prazo de 15 (quinze) dias implica na caducidade ou prescrição do projeto de lei.
 - (D) O veto constitui ato político do Chefe do Executivo, sendo insuscetível de controle judicial, restrição aplicável tanto no veto político como no jurídico.
 - (E) A promulgação da lei é ato exclusivo do Chefe do Executivo, inclusive nos casos de sanção tácita e de rejeição do veto.

37. Dentre outras, é competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar originariamente,
- (A) os *habeas data* e os mandados de segurança contra ato de Ministros de Estado ou do próprio Tribunal.
 - (B) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados.
 - (C) as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais quando a decisão recorrida contrariar lei federal.
 - (D) o *habeas data* e o mandado de injunção contra ato do Procurador-Geral da República.
 - (E) os mandados de segurança e de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se concessiva a decisão.

38. Tendo em vista o Ministério Público, analise:
- I. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de 11 (onze) membros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples da Câmara dos Deputados, para um mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.
 - II. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
 - III. São funções institucionais, entre outras, promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados nos casos previstos na Constituição Federal.
 - IV. As funções só podem ser exercidas pelos integrantes da carreira, salvo nos casos de impedimento ou suspeição, sendo obrigatória a residência da respectiva comarca.
- Nesses casos, está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.

Direito Administrativo

39. Sobre o princípio da publicidade, é correto afirmar:
- (A) A veiculação de notícias de atos da Administração pela imprensa falada, escrita e televisada atende ao princípio da publicidade.
 - (B) Se a lei não exigir a publicação em órgão oficial, a publicidade terá sido alcançada com a simples afixação do ato em quadro de editais, colocado em local de fácil acesso do órgão expedidor.
 - (C) As edições eletrônicas do Diário Oficial da União são meramente informativas, não produzindo, em nenhuma hipótese, os mesmos efeitos que as edições impressas.
 - (D) A publicação de atos, contratos e outros instrumentos jurídicos, inclusive os normativos, pode ser resumida.
 - (E) A publicidade é elemento formativo do administrativo.
40. A respeito da revogação e da anulação da licitação, é INCORRETO afirmar:
- (A) Tanto na revogação quanto na anulação da licitação devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - (B) A revogação depende de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado.
 - (C) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, em regra, não gera obrigação de indenizar.
 - (D) O edital que não fornece as informações necessárias para que os interessados tomem conhecimento acerca da existência e da finalidade concreta da licitação é viciado, o que leva à anulação do certame.
 - (E) Verificado vício durante o procedimento licitatório, a autoridade competente deve promover a sua revogação independentemente de provocação.
41. A subcontratação total ou parcial do objeto do contrato administrativo, ou a associação do contratado com outrem, não admitida no edital e no contrato,
- (A) é motivo para rescisão da avença.
 - (B) implica o pagamento diretamente à subcontratada ou associada, da parte que lhe cabe.
 - (C) é motivo para aditamento do contrato por se tratar de fato consumado.
 - (D) sujeita o contratado apenas a sanção pecuniária.
 - (E) é motivo para anulação do contrato.



42. Considere as seguintes assertivas em relação à Lei que dispõe sobre os regimes de concessão e de permissão da prestação de serviços públicos:

- I. É permitida a concessão a pessoas físicas ou jurídicas, sendo vedada a consórcio de empresas.
- II. As concessões, obrigatoriamente, devem ser precedidas de licitação na modalidade concorrência.
- III. As permissões devem ser formalizadas em contrato de adesão, sendo caracterizadas pela precariedade e revogabilidade unilateral.
- IV. As permissões, obrigatoriamente, devem ser precedidas de licitação na modalidade de tomada de preços.
- V. Nas licitações para concessão e permissão de serviços públicos, os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos básico ou executivo podem participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obras ou serviços.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

43. Em face da classificação dos bens públicos, os bens de uso especial são

- (A) alienáveis, enquanto conservam a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) aqueles que não têm uma destinação pública definida, que podem ser usados pelo Estado para fazer renda.
- (C) aqueles destinados à utilização geral pelos indivíduos, que podem ser utilizados por todos em igualdade de condições.
- (D) aqueles que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.
- (E) impenhoráveis, mas estão sujeitos a usucapião.

44. Sobre a desapropriação, é correto afirmar:

- (A) Para fins de reforma agrária é vedado ao proprietário o direito de extensão, isto é, em nenhuma hipótese pode ele pedir a desapropriação de todo o imóvel quando apenas parte deste foi objeto da ação.
- (B) A desapropriação de propriedade rural por interesse social, para fins de reforma agrária, é de competência privativa da União.
- (C) Em nenhuma hipótese o espaço aéreo e o subsolo podem ser objeto de desapropriação.
- (D) É forma derivada de aquisição da propriedade.
- (E) A pequena propriedade rural pode ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária, mesmo que seu proprietário não possua outra.

45. Acerca da Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar:

- (A) A autoridade competente pode delegar, dentre outras atribuições, a decisão de recursos administrativos.
- (B) Dentre os princípios nela previstos expressamente, não consta o da segurança jurídica.
- (C) Dentre os critérios a serem observados no processo administrativo, está a divulgação oficial dos atos administrativos, sem exceção.
- (D) É permitida a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa, assim como a de lei posterior mais benéfica.
- (E) São legitimados como interessados no processo administrativo, dentre outros, aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que podem ser afetados pela decisão a ser adotada.

46. A respeito da Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- (A) As sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 são aplicadas independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica.
- (B) O rol das hipóteses de Improbidade Administrativa previstas na Lei nº 8.429/1992 é taxativo.
- (C) Dentre as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa não consta a proibição de contratar com o Poder Público.
- (D) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dar-se-á ressarcimento integral do dano apenas se o agente público, ou o terceiro, agiu com dolo.
- (E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Poder Judiciário, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Direito Civil

47. A respeito do pagamento, como forma de adimplemento e extinção das obrigações, é correto afirmar:

- (A) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo não é válido, provado ou não posteriormente que não era credor.
- (B) Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que, em benefício dele, efetivamente reverteu.
- (C) Quanto ao lugar do pagamento, designados dois ou mais lugares, cabe ao devedor escolher entre eles.
- (D) O pagamento reiteradamente feito em outro local, não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (E) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se houver prova de que é mais valiosa.

48. Inclui-se dentre as formas de aquisição da propriedade móvel

- (A) o álveo abandonado.
- (B) a aluvião.
- (C) a avulsão.
- (D) a ocupação.
- (E) a formação de ilhas.



49. A respeito do casamento, analise:

- I. Os ascendentes com os descendentes, não sendo o parentesco natural, mas apenas civil.
- II. Os colaterais em quarto grau.
- III. O adotado com o filho do adotante.

Podem casar as pessoas indicadas APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

50. A respeito da vocação hereditária, é INCORRETO afirmar:

- (A) É lícita a deixa ao filho do concubino, quando também o for do testador.
- (B) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas com vida no momento da abertura da sucessão.
- (C) Pode ser nomeado legatário do testador o cônjuge da pessoa que, a rogo, escreveu o testamento.
- (D) Na sucessão testamentária, podem ser chamadas a suceder, dentre outras, as pessoas jurídicas.
- (E) Legitimam-se a suceder as pessoas já concebidas no momento da abertura da sucessão.

Direito Processual Civil

51. A respeito das modificações da competência, é INCORRETO afirmar:

- (A) A competência em razão do valor poderá, na forma da lei, modificar-se pela conexão ou continência.
- (B) A ação acessória será proposta perante o juiz competente para a ação principal.
- (C) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- (D) O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- (E) A competência em razão do território é inderrogável por convenção das partes.

52. A respeito dos recursos, é correto afirmar:

- (A) O recurso adesivo será admissível no agravo, devendo ser interposto perante o Tribunal competente.
- (B) O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
- (C) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer quando for parte, mas não quando atuar no feito como fiscal da lei.
- (D) Nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.
- (E) Quando o recurso for interposto pelo Ministério Público Estadual, a responsabilidade pelo pagamento do preparo é do respectivo Estado.

53. O processo civil:

- (A) suspende-se quando o autor desistir da ação.
- (B) extingue-se com resolução do mérito quando as partes transigirem.
- (C) começa por iniciativa do juiz.
- (D) extingue-se sem resolução do mérito quando o juiz pronunciar a decadência.
- (E) suspende-se quando ocorrer confusão entre autor e réu.

54. A respeito do arresto, analise:

- I. Julgada procedente a ação principal, o arresto se resolve em penhora.
- II. O juiz não poderá, em nenhuma hipótese, conceder o arresto sem justificção prévia.
- III. Caberá arresto quando o devedor, que tem domicílio, tenta ausentar-se furtivamente.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.

Direito Penal

55. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado, embriaguez decorrente de caso fortuito e menoridade constituem, dentre outras, excludentes de

- (A) tipicidade.
- (B) ilicitude.
- (C) punibilidade.
- (D) antijuridicidade.
- (E) culpabilidade.

56. Considere a hipótese de um crime de extorsão em andamento, em que a vítima ainda se encontra privada de sua liberdade de locomoção. Havendo a entrada em vigor de lei penal nova, prevendo aumento de pena para esse crime,

- (A) terá aplicação a lei penal mais grave, cuja vigência é anterior à cessação da permanência do crime.
- (B) terá aplicação a lei nova, em obediência ao princípio da ultratividade da lei penal.
- (C) não poderá ser aplicada a lei penal nova, que só retroage se for mais benéfica ao réu.
- (D) será aplicada a lei nova, em obediência ao princípio *tempus regit actum*.
- (E) não será aplicada a lei penal mais grave, pois o direito penal não admite a *novatio legis in pejus*.



57. Dentre as hipóteses de formas qualificadas dos crimes de injúria, calúnia e difamação, NÃO se incluem os crimes cometidos
- (A) mediante promessa de recompensa.
 - (B) contra Governador de Estado.
 - (C) contra chefe de governo estrangeiro.
 - (D) na presença de várias pessoas.
 - (E) contra funcionário público, em razão de suas funções.

58. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, prevista no Código de Trânsito Brasileiro,
- (A) poderá ser decretada pelo juiz como medida cautelar, de ofício, mesmo antes de instaurada a ação penal.
 - (B) será objeto de decisão da qual cabe agravo de instrumento, sem efeito suspensivo.
 - (C) não pode ser imposta cumulativamente com outras penalidades.
 - (D) tem a duração mínima de 6 (seis) meses.
 - (E) poderá ser aplicada, a critério do juiz, se tratar-se de réu reincidente na prática de crime previsto naquele Código.

Direito Processual Penal

59. O agente que adquire e guarda, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal
- (A) poderá ser preso em flagrante, desde que apresentado imediatamente após o fato à autoridade judicial.
 - (B) deverá ser imediatamente encaminhado à autoridade policial, que o submeterá a exame de corpo de delito e o dispensará.
 - (C) será processado e julgado na forma da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.
 - (D) será processado e julgado segundo as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais.
 - (E) não poderá se beneficiar da proposta de aplicação imediata de pena prevista no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 pelo Ministério Público.

60. Dispõe o Código de Processo Penal que será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal. Essa regra constitui exceção ao princípio da
- (A) indisponibilidade.
 - (B) legalidade.
 - (C) intranscendência.
 - (D) obrigatoriedade.
 - (E) oficialidade.

61. No que diz respeito à Carta Testemunhável, é correto afirmar:
- (A) Será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.
 - (B) É apropriada para o caso de obstáculo ao seguimento de *habeas corpus* e mandado de segurança.
 - (C) É cabível nos casos em que não se admite o agravo de instrumento.
 - (D) O prazo para sua interposição é de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da intimação do despacho que denegar o recurso.
 - (E) É cabível apenas contra a decisão que não recebe recurso em sentido estrito ou cria obstáculo ao seu seguimento.

62. Considere as seguintes assertivas sobre a prisão temporária (Lei Federal nº 7.960/1989).
- I. É cabível apenas nos crimes de homicídio, sequestro, roubo, estupro, tráfico de drogas, e nos crimes contra o sistema financeiro.
 - II. O despacho que decretá-la deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 5 (cinco) dias.
 - III. Somente poderá ser executada depois da expedição de nota de culpa.
 - IV. Terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- Está correto o que consta APENAS em:
- (A) II.
 - (B) III e IV.
 - (C) IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e IV.

Direitos Difusos e Coletivos

63. Na ação civil pública "001", ocorreu desistência infundada por parte da associação legitimada que a propôs. Na ação civil pública "002", a associação legitimada que a propôs abandonou a ação. Em tal situação, o Ministério Público
- (A) ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa em ambos os casos.
 - (B) só poderá assumir a titularidade ativa no caso de desistência infundada por parte da associação legitimada que a propôs.
 - (C) não poderá assumir a titularidade ativa em nenhuma das situações, posto que nessas ações atua como fiscal da lei.
 - (D) só poderá assumir a titularidade ativa no caso de abandono da ação por parte da associação legitimada que a propôs.
 - (E) só poderá assumir a titularidade ativa da ação no caso de abandono da ação por parte da associação legitimada e dos demais legitimados que atuarem em substituição processual desta.



<p>64. A respeito da ação popular, analise:</p> <p>I. A Defensoria Pública da União.</p> <p>II. A Procuradoria Geral do Estado.</p> <p>III. O Ministério Público.</p> <p>IV. Qualquer cidadão.</p> <p>V. Qualquer pessoa jurídica.</p> <p>Considera-se parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal e dos Estados APENAS</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) IV.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) IV e V.</p> <p>(E) III.</p>	<p>68. No que se refere ao Código de Defesa do Consumidor, analise:</p> <p>I. Pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço previsto nesse Código, quanto à qualidade do produto e do serviço.</p> <p>II. Direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.</p> <p>Nesses casos e excluindo-se eventuais causas obstativas, interruptivas ou suspensivas, ocorrem, respectivamente, a</p> <p>(A) decadência em 60 (sessenta) dias e prescrição da ação em 5 (cinco) anos.</p> <p>(B) prescrição da ação em 3 (três) anos e decadência em 120 (cento e vinte) dias.</p> <p>(C) prescrição da pretensão em 5 (cinco anos) e decadência em 90 (noventa) dias.</p> <p>(D) decadência em 90 (noventa) dias e prescrição da pretensão em 3 (três) anos.</p> <p>(E) prescrição da ação em 8 (oito) anos e decadência em 45 (quarenta e cinco) dias.</p>
<p>65. Na ação de responsabilidade por ato de improbidade administrativa,</p> <p>(A) o juiz não poderá extinguir o processo sem julgamento do mérito, mesmo se reconhecer a inadequação da ação de improbidade.</p> <p>(B) o Ministério Público só pode atuar como fiscal da lei.</p> <p>(C) o rito a ser observado será o sumário, em razão do interesse público.</p> <p>(D) a manifestação por escrito do requerido deverá ser feita em 10 (dez) dias contados da notificação.</p> <p>(E) da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento.</p>	<p>69. No que diz respeito ao Estatuto do Idoso, é certo que os alimentos serão prestados aos idosos na forma da lei civil, sendo que as transações aos referidos alimentos poderão ser celebradas perante</p> <p>(A) o Juiz de Direito, exclusivamente, que as homologará e passarão a ter efeito de título executivo em conformidade com a lei processual pertinente.</p> <p>(B) o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.</p> <p>(C) o Juiz de Direito ou Promotor de Justiça, que as confirmará, mas sem efeito de título executivo extrajudicial.</p> <p>(D) o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as avalizará, mas sem qualquer efeito de título executivo extrajudicial.</p> <p>(E) as entidades de atendimento, que as referendará com assistência de advogado, passando a ter efeito de título executivo extrajudicial.</p>
<p>66. Na ação civil pública, se a sentença julgar improcedente o pedido por insuficiência de provas</p> <p>(A) só o legitimado que não foi parte na ação poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.</p> <p>(B) só o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.</p> <p>(C) não poderá ser proposta nova ação com idêntico fundamento, em razão da coisa julgada.</p> <p>(D) qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.</p> <p>(E) só o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, mesmo sem nova prova, desde que demonstre ter havido erro judiciário.</p>	<p>70. No que se refere aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, é correto afirmar que a</p> <p>(A) especialização de hipoteca legal, como medida preventiva, não pode ser dispensada na tutela, ainda que o tutelado não possua bens.</p> <p>(B) adoção de criança ou adolescente é revogável e pode realizar-se por procurador, porém por escritura pública.</p> <p>(C) guarda de criança ou adolescente pode ser revogada a qualquer momento, por escritura particular, e independente de providência judicial.</p> <p>(D) colocação da criança ou adolescente em família substituta e estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.</p> <p>(E) morte do adotante restabelece o pátrio poder dos pais naturais, que poderão recusar formalmente e em juízo.</p>
<p>67. Em matéria ambiental NÃO é considerada, dentre outras, como sanção administrativa consistente em restrições de direitos:</p> <p>(A) a suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.</p> <p>(B) a perda de incentivos e benefícios fiscais.</p> <p>(C) o cancelamento de registro, licença ou autorização.</p> <p>(D) a proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de 3 (três) anos.</p> <p>(E) a prestação de serviços à comunidade.</p>	



PROVA – DISCURSIVA

Instruções: Conforme Edital nº 01/2010 de Abertura de inscrições, Cap. IX, item 6h, será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que não observar os limites mínimo de 7 (sete) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

Discorra sobre o pacto antenupcial, conceituando-o, especificando-lhe a forma, o requisito de validade perante terceiros, bem como os regimes de bens entre os cônjuges que dele dependem.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	